

# Censo da Educação Superior 2021



OBSERVATÓRIO DO  
CONHECIMENTO

# Censo da Educação Superior 2021: desafios para a reconstrução do país

O Censo da Educação Superior, divulgado em outubro passado, é hoje uma das bases de informação mais confiáveis para refletir sobre o estado do ensino superior no País e planejar mudanças que fortaleçam as universidades e a pesquisa. O Observatório do Conhecimento preparou um levantamento de alguns dos principais pontos do Censo, com o comentário de especialistas em educação. O objetivo é que o relatório possa servir para a elaboração de políticas públicas que ajudem a diminuir as distorções do Ensino Superior.

Mas o que diz o Censo de 2021? Alguns dados saltam aos olhos. Pela primeira vez na história o número de matriculados em cursos de ensino a distância na rede privada é maior do que estudantes da modalidade presencial, uma mudança que vinha acontecendo há alguns anos, mas acelerou durante a pandemia. Outra progressão é a queda de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio. Em 2021, 13,4% menos estudantes participaram do Enem.

O Censo da Educação Superior é uma pesquisa realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com o objetivo de coletar dados sobre a oferta e a demanda de ensino superior no Brasil. Os dados coletados incluem informações sobre as instituições de ensino superior, como número de alunos, cursos oferecidos, estrutura física, entre outros.

## A predominância das instituições privadas de ensino superior

Em 2021, a rede privada ofertou 96,4% do total de vagas em cursos de graduação em 2021 para ingressantes. As instituições de ensino privadas também têm uma participação de 76,9% no total de matrículas de graduação.

O Censo também traçou o perfil do docente de cada tipo de instituição. Nas universidades públicas, os professores são predominantemente doutores que atuam em carga horária integral. Nas instituições de ensino privadas, são mestres com atuação em tempo parcial. Nos dois casos, os homens são maioria.

Para o professor da Universidade Federal do ABC Fernando Cássio, a diferença de qualificação dos professores importa, mas o regime de trabalho diz mais. “O regime de trabalho parcial significa que as faculdades privadas são, em sua maioria, prédios de salas de aula apenas”, avaliou o professor. “O docente na universidade pública não apenas leciona. Ele pesquisa, desenvolve atividades de extensão. Isso torna diferente o clima da universidade, o envolvimento dos alunos. Em uma universidade pública, os alunos podem participar de projetos de iniciação científica ou de atividades de extensão. Há uma formação integral”, explicou.

O aumento de vagas de EaD também preocupa. O crescimento foi de 23,8% de 2020 para 2021, e desde 2016 o crescimento acumulado de matriculados em cursos a distância é de 273,4%. 51% dos estudantes

### QUADRO 1

PERFIL DO DOCENTE DE INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA (PÚBLICA E PRIVADA) – 2021

Atributos do Vínculo Docente	Categoria Administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Masculino	Masculino
Idade	40	41
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de Trabalho	Tempo Integral	Tempo Parcial

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em dados do Censo da Educação Superior.

Nota: Para construção do perfil do docente, é considerada a Moda de cada atributo selecionado separadamente.

da rede privada fazem cursos no formato EaD, enquanto na rede pública esse percentual é de apenas 6%.

Para Fernando Cássio a modalidade, que teve um papel importante na ampliação do acesso ao ensino superior, tem sido adotada pelas instituições privadas como uma maneira de reduzir custos. “O ensino a distância é pensado, ou deveria ser, para ampliar o acesso”, disse. Ele deu como exemplo o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), criado em 2009, que oferecia parte das suas vagas na modalidade a distância para a formação de professores e professoras que, mesmo com a expansão da rede, estavam distantes das universidades públicas. “O objetivo ali era o acesso. O ensino a distância, se for bem feito, pode custar até mais caro que o ensino presencial. Mas o que estamos vendo são cursos que são a distância para redução de custo e barateamento da mensalidade. Um ensino que não vai ser acompanhado, por exemplo, pela contratação de mais gente, de tutores muito bem formados”. Para ele, a mudança de regulamentação, após a pandemia, que permitiu que o EaD fosse oferecido sem reformulação pedagógica dos cursos, fez com que “a porteira se abra”.

Outro dado alarmante do último censo é a queda no número de inscritos no Enem, a principal porta de acesso ao ensino superior. Foram 350 mil inscritos a menos, na comparação com o ano anterior. O preocupante é que a queda vem acontecendo desde 2016. Se comparado com 2016, 2021 teve uma queda de 61% no número de participantes do exame.

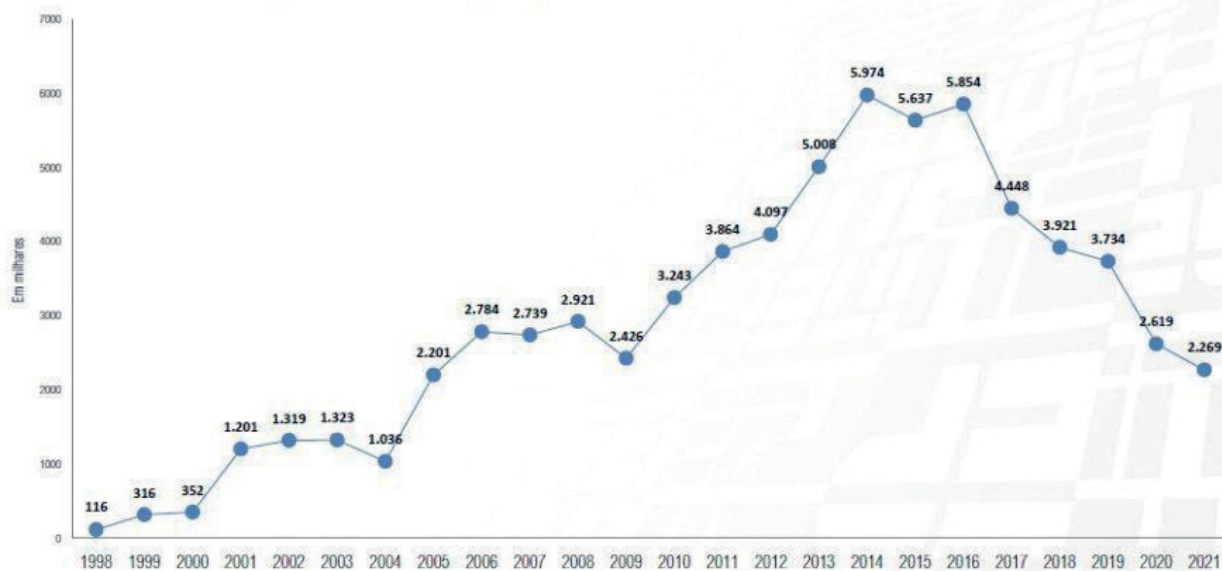
A queda no número de inscritos não pode ser explicada apenas pela pandemia, afirmou o pesquisador. “Aqui precisamos apontar o dedo e localizar a responsabilidade. O governo Bolsonaro trabalhou para descredibilizar o Enem e o Inep. Havia instabilidade quanto ao calendário, incertezas com relação à gratuidade, tentativas de influenciar o banco de questões. Isso sem contar nas sucessivas trocas de presidente do instituto. Havia também a ausência de divulgação de peças publicitárias sobre o Enem”, apontou. Outro cenário que contribuiu para a queda, segundo Fernando, foram os constantes ataques empreendidos pelo governo e por parte dos seus apoiadores às universidades.

Para ele, os mais prejudicados nesse cenário foram os alunos de escolas públicas. “Isso interfere nos estudantes pobres, aqueles que precisam de estímulo, precisam da propaganda, precisam da gratuidade garantida. Então se você descredibiliza o exame e não tem estímulo, inclusive da política pública, as pessoas não terão interesse”, afirmou.

O Censo da Educação Superior é hoje um dos melhores retratos do estado da educação superior no país. A partir deles é possível pensar em políticas públicas que fortaleçam as universidades e a pesquisa. O Observatório do Conhecimento publica esta semana uma série de reportagens sobre os resultados do último Censo da Educação e os desafios que seus resultados apresentam para a reconstrução do ensino e pesquisa no Brasil.

## O Enem e a perspectiva de ingresso na educação superior

Gráfico 10. Evolução do número de participantes no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem 1998-2021.



## As desigualdades socioeconômicas no espelho do Censo

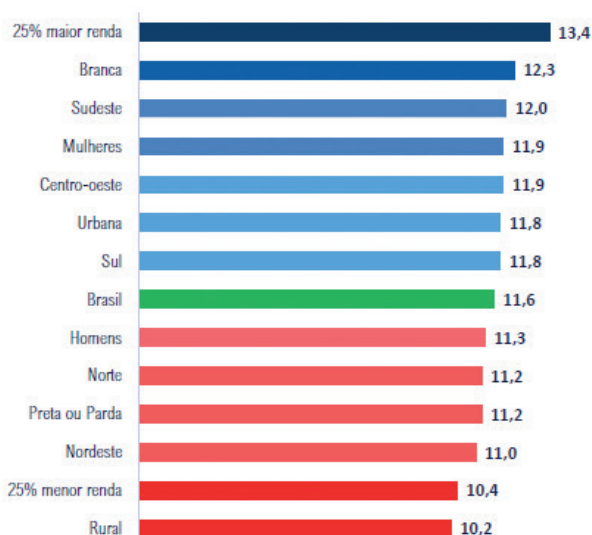
Para acompanhar a meta 8 do Plano nacional de Educação, que pretende elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos a 12 anos até 2024, o Censo apresenta a escolaridade desse grupo por segmentos. A disparidade começa aqui. Os 25% de maior renda têm em média 13,4 anos de estudo, contra 10,4 anos dos 25% de menor renda.

Há disparidade também entre pessoas brancas, que têm em média 12,3 anos de estudo e pessoas pretas ou pardas, com 11,2 anos. O mesmo se repete entre a população urbana (11,8 anos) e rural (10,2).

“Essas diferenças são um reflexo de uma disparidade socioeconômica que já existe no Brasil. São dados que não surpreendem, pelo contrário, explicitam as lacunas que existem no Brasil entre segmentos da população”, explica a cientista política e professora da UFRJ Mayra Goulart, coordenadora do Observatório do Conhecimento.

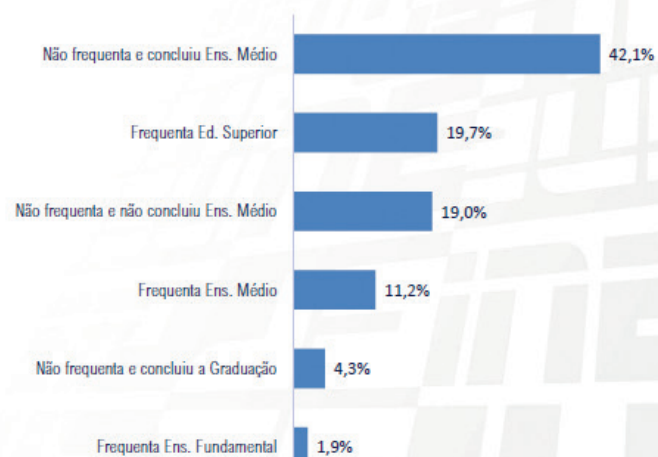
Os desafios para acelerar o ritmo e a direção da expansão da educação superior em sintonia com o PNE

Gráfico 1. Número médio de anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade – Brasil 2021.



Fonte: IBGE/Pnad C; gráfico elaborado por Deed/Inep

Gráfico 2. Distribuição da população de 18 a 24 anos, por condição de frequência à escola e etapa de ensino – Brasil 2021.



Fonte: IBGE/Pnad C; gráfico elaborado por Deed/Inep

Contrariando a expectativa, o tempo de estudo médio das mulheres (11,9) é maior do que dos homens (11,3). Elas também foram a maioria (61%) entre os concluintes de graduação em 2021. O desvio aqui está em outro fator, o tipo de curso que as mulheres são maioria. “Mulheres costumam atuar em áreas ligadas à cuidados e nas ciências humanas. Homens são maioria em cursos ligados às ciências duras, áreas conhecidas como STEM, no português ciências, tecnologia, engenharias e matemática.. Ou seja, elas são a maioria nas universidades, mas seguem carreiras que tendem a ter menores remunerações. A distorção já começa aí”, explicou a professora Mayra, que também ressaltou o dado que mulheres, mesmo em posições de trabalho similares a de homens, têm em média salários inferiores.

Em 2021, as mulheres foram 78% das graduadas na área de educação e 73% na área de saúde, mas foram 36% das formadas em engenharia, produção e construção, e apenas 15% das graduadas em computação e tecnologias da informação e comunicação.

(A representatividade de gênero e raça na Ciência é um dos eixos de atuação do Observatório do Conhecimento. Ano passado lançamos o documentário “Ciência: luta de mulher”, que conta a história de quatro pesquisadoras de diferentes lugares do Brasil. O filme está disponível no YouTube.)

De acordo com o Censo, na rede federal de ensino superior apenas 31% das matrículas é para cursos noturnos. A porcentagem nas universidades estaduais é de 42%. Já a rede privada oferece 66% das vagas



para o turno da noite. “Isso cria uma distorção”, avalia Mayra. “O aluno que precisa trabalhar, por isso estuda a noite, acaba encontrando sua vaga na rede privada. E esses alunos que trabalham normalmente são aqueles de menor renda”, explicou. Para a professora, a solução passa pela ampliação de vagas noturnas na rede pública de ensino.

Nas instituições privadas, o percentual de desistência entre os que possuem Fies é de 38%, enquanto entre aqueles que não fazem parte do programa de financiamento é de 63%.

Outro dado do Censo que gera um alerta é a taxa de abandono da graduação. Entre 2012 e 2021, a taxa de desistência entre os estudantes é de 59%. A medição é feita sempre pelo acumulado dos últimos 10 anos, e desde 2016 a taxa ultrapassou os 50%. Fica mais grave quando se olha a segmentação dos que abandonaram a graduação. Nas instituições privadas, o percentual de desistência entre os que possuem Fies é de 38%, enquanto entre aqueles que não fazem parte do programa de financiamento é de 63%.

Entre 2020 e 21, o total de estudantes da rede privada que contam com algum tipo de bolsa ou financiamento caiu 6,6 pontos percentuais. Em 2016, o Fies e o Prouni chegaram a ser responsáveis por 68% dos estudantes na rede privada. Em 2021 esse percentual é de apenas 27%.

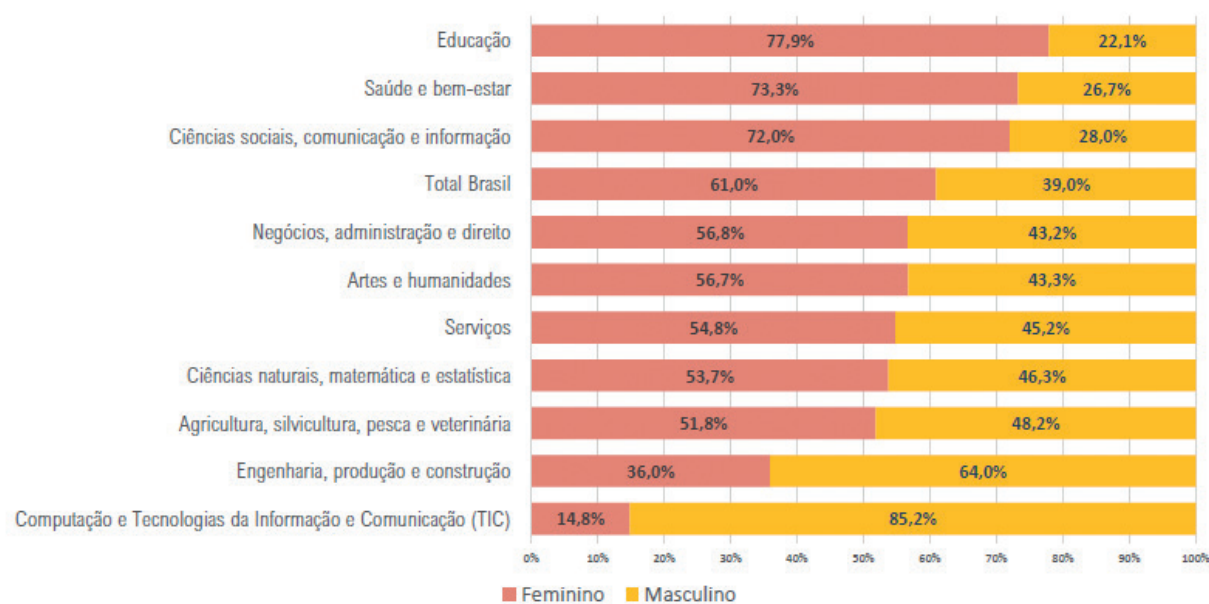
A desistência, contudo, também é alta na rede pública. Entre 2012 e 2021, 50% dos alunos matriculados abandonaram seus cursos. “Precisamos que as universidades públicas sejam mais inclusivas, mas não basta oferecermos mais vagas através de políticas como as de cotas, por exemplo”, defendeu o professor Daniel Peres, da UFBA. “Precisamos lutar por políticas de assistência estudantil permanentes, que garantam que aquele aluno vai ser amparado durante todo o seu curso. O que temos hoje é um cenário de restrição, até pela asfixia orçamentária dos últimos anos, que acentua a evasão. É muito grave”.

O Censo da Educação Superior é hoje um dos melhores retratos do estado da educação superior no país. A partir deles é possível pensar em políticas públicas que fortaleçam as universidades e a pesquisa. O Observatório do Conhecimento publica hoje a última reportagem da série sobre os resultados do último Censo da Educação e os desafios que eles apresentam para a reconstrução do ensino e pesquisa no Brasil.

## Concluintes na educação superior



Gráfico 50. Distribuição percentual dos concluintes de graduação, por sexo, segundo a área geral dos cursos Brasil 2021.



1.327.188

# Como reconstruir a educação superior?

Os dados do Censo da Educação Superior preocupam, não só porque mostra um quadro delicado, agravado pelo desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, mas porque a educação brasileira está em um período crucial. Em 2024, o Plano Nacional de Educação chega ao fim. Além das metas estabelecidas, das quais muitas não serão cumpridas, é preciso começar a discussão sobre um novo plano, processo que exige tempo. Tudo isso cria um enorme senso de urgência em quem trabalha para construir uma educação de qualidade.

“Os desafios são gigantescos e de várias ordens: institucionais, orçamentários e normativos, como identificados no relatório. Alguns podem ser de mais rápida implementação, outros podem demandar mais tempo. A questão é: temos tempo para esperar?”, reflete o professor Romeu Bezerra, da UFSC, que atuou na formação de professores e foi diretor do Colégio de Aplicação da universidade entre 2004 e 2012.

A formação de professores é um exemplo bastante ilustrativo do problema. Entre 2016 e 2019, Nani Junília de Lima pesquisou qual seria a necessidade de graduados em licenciaturas e pedagogos para o cumprimento de metas que envolvem a Educação Básica. “Para dar continuidade ao processo de erradicação do analfabetismo absoluto, universalizando as matrículas, seriam necessários 855.946 pedagogos; para universalizar a Educação Infantil seriam necessários outros 121.516 pedagogos e para propiciar educação em tempo integral para 50% das crianças brasileiras seriam necessários mais 296.151 pedagogos, o que aponta, no final, um déficit total de 1.216.294 pedagogos”, explicou a pesquisadora. E nesse caso, estamos falando do curso que tem o maior número de matriculados.

A dificuldade na formação de educadores compromete outra meta do PNE, a 8, que pretende elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos para 12 anos até 2024. “O PNE não é um objetivo que se atinge apenas por vontade, é preciso investir nisso, preparar isso. Outras áreas do conhecimento certamente tem esse mesmo problema, especialmente as licenciaturas”, explica Nani.

Há ainda o grave problema das vagas ociosas. Com os cortes nos orçamentos das universidades ficou a assistência estudantil ficou comprometida, o que é um agravante no atual contexto econômico de empobrecimento da população. Para a professora Eliane de Souza Cruz, da Unifesp, falta estímulo para que os jovens façam universidade. “Temos que defender a expansão de bolsas de pesquisa e auxílio, inclusive para estudantes do Ensino Médio. A evasão neste grupo está muito alta, e bolsas ajudariam a reduzir um pouco o dano”, defendeu a professora.

Para ela, é preciso também, sobretudo depois dos quatro anos de ataques do governo Bolsonaro, voltar a tratar as universidades públicas como elas merecem, centros de excelência onde se ensina, mas também se pesquisa. E a terceira parte do tripé, a extensão, também pode ter papel importante nessa reaproximação da universidade pública e da população. “Com a extensão você interage com o grande público, com a população. E essa população vai ficar sabendo da universidade.

## Censo da Educação Superior 2021: desafios para a reconstrução do país

Publicação do Observatório do Conhecimento (ObC)

Fevereiro de 2023

### PRODUÇÃO

Texto: **Andressa Oliveira e Lucas Abreu**

Diagramação: **Lais Godinho/APufsc-Sindical**

### REALIZAÇÃO

